

CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 28/2020

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte, pelas dez horas e dez minutos, reuniu-se o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Andreia de Jesus, Beatriz Querido, Carlos Reis, Cláudia Silvestre (que presidiu e redigiu a presente ata), Helena Ribeiro, Jorge Trindade, José Cavaleiro Rodrigues, Júlia Leitão de Barros, Madalena de Jesus, Mafalda Andrade, Manuel Marques Batista, Ricardo Nogueira, Rúben Neves e Tiago Duarte. Os restantes membros efetivos comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

Esta reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da ata 27;
3. Apreciação e votação do Relatório do Sistema Interno de Garantia da Qualidade da ESCS 2017/18
4. Assuntos supervenientes.

A Presidente do CR iniciou a reunião dando as boas vindas a todos conselheiros.

1. Informações

Cláudia Silvestre relembrou a importância de apoiar as comemorações do 30º aniversário da ESCS que decorrerão durante 31 de março, 1 e 2 de abril.

Rúben Neves informou que foi aprovado, em Conselho de Ministros, dia 5 de março, o decreto-lei que viabiliza o acesso dos estudantes do ensino profissional ao ensino superior, alertando para a eventual preparação da ESCS para este cenário, uma vez que, através desta nova possibilidade, a ESCS poderá passar a contar com uma nova matriz de estudantes de comunicação.

2. Aprovação da ata 27

A ata número 27 foi aprovada por unanimidade.

3. Apreciação e votação do Relatório do Sistema Interno de Garantia da Qualidade da ESCS 2017_18

Júlia Barros toma a palavra para manifestar o sentimento que provavelmente muitos conselheiros tinham, o desta ser uma tarefa ingrata pois qualquer consideração sobre o ano 17/18 não terá qualquer efeito prático. Nesta altura devíamos estar a analisar o relatório 18/19. Esse sentimento foi partilhado pela maioria dos conselheiros.

Rúben Neves reflete sobre as taxas de resposta. Havendo cursos cujas respostas não ultrapassam os 20% (Jornalismo, PM-PL e RPCE_PL), o nos leva a analisar dados que não são representativos, logo sem qualquer significado prático. Helena Ribeiro adverte que não se pode avaliar o que se passa na ESCS com base em tão poucas respostas. Nesse sentido, sugere que no relatório seja adicionada uma observação sempre que haja taxas de respostas que se considerem muito baixas.

Madalena de Jesus partilhou que a Associação de Estudantes fez um questionário e o disponibilizou nas redes sociais com o intuito de apurar os motivos que levam os alunos a não responder. As principais conclusões foram: o excessivo número de questões para responder, a possibilidade de respostas abertas foi sugerida por vários alunos e a acessibilidade aos questionários também foi considerado um entrave, é provável que houvesse mais respostas se os questionários fossem acessíveis através do telemóvel.

As perguntas abertas são difíceis de analisar, como explica Cláudia Silvestre, daí não ser fácil encontrar abertura para as incluir no questionário. No entanto, pode ser uma proposta a considerar.

José Manuel Cavaleiro refere que um dos objetivos destes relatórios é perceber onde precisamos melhorar. Assim sendo não faz sentido estarmos a analisar agora o relatório 17/18.

Mafalda Andrade justifica que parte deste atraso deve-se ao novo formato usado para a recolha de informação referente à componente científica.

José Manuel Cavaleiro retoma o tema sobre a ausência de respostas enfatizando que há várias formas de se obter respostas e que devemos procurar soluções possíveis no contexto ESCS.

Devido a ainda não terem sido feitas muitas das alterações propostas por este conselho, a baixa taxa de respostas é apenas uma delas, Cláudia Silvestre ponderou não votar favoravelmente este relatório na reunião do conselho consultivo da qualidade (CCQ). Contudo, se por um lado não sabia qual a opinião do conselho, por outro reconhece que o relatório é fruto de um trabalho exaustivo e que há alterações que só poderão ser feitas se o IPL o permitir. No entanto, se dizemos que existem falhas no instrumento de medida e que com poucas respostas não se pode produzir um relatório que espelhe a realidade da ESCS, não faz sentido votar favoravelmente o relatório. Ponderadas todas estas questões referiu que acabou por votar favoravelmente na reunião do CCQ e irá fazê-lo novamente hoje. Mas como voto de protesto e para reforçar a necessidade alterações, gostaria de saber a opinião dos conselheiros quanto a abster-se na votação do relatório 18/19, se se mantiverem estas “inconsistências” que temos vindo de forma sistemática a assinalar. Houve consenso quanto a esta tomada de posição.

Helena Ribeiro aborda o lado institucional destes relatórios. É necessário que eles sejam produzidos pois é um dos requisitos da A3Es, mas agora que este processo já está agilizado, considera que devemos refletir sobre a qualidade dos indicadores produzidos.

Madalena de Jesus reafirma que atualmente os alunos raramente usam o e-mail institucional e que não sabe se é possível divulgar o questionário através de outros meios, mas acredita que seria uma alternativa para se ter uma taxa de resposta mais elevada.

Mafalda Andrade refere que existe um despacho do Presidente do IPL a informar que a comunicação é feita através do e-mail institucional.

Manuel Batista considera que a dimensão do questionário é um fator inibidor a ter em conta.

Ricardo Nogueira chama a atenção para a ocasião em que os questionários são preenchidos – depois do lançamento das notas- o que leva a um enviesamento das respostas.

José Manuel Cavaleiro comenta que muitas vezes não nos revemos na forma como as questões são colocadas, mas que estas têm que ter uma forma. E que embora reconheça a

desmotivação dos alunos, os questionários são a única maneira de se recolher a informação necessária para a realização destes relatórios. Se o e-mail institucional não permite comunicar com os alunos, tem que se procurar soluções, pois estes relatórios são fundamentais para a acreditação dos cursos pela A3Es.

Helena Ribeiro considera que estes aspetos institucionais devem ser explicados aos alunos, tornando-os assim nossos interlocutores. Deste modo sugere que se aproveite a sessão de acolhimento para este efeito e que esse papel deve ser assumido tanto pela Direção como pelos Coordenadores de curso.

Madalena de Jesus comenta que agora esta a perceber a importância de responder a estes questionários, e que se os alunos tiverem essa consciência, nomeadamente que influencia como o curso é avaliado por entidades externas, haverá mais respostas. Atualmente os alunos não sabem o porquê de preencherem os questionários nem as consequências de haver uma abstenção tão elevada.

José Manuel Cavaleiro concorda que é preciso envolver os alunos e promover uma cidadania ativa.

Manuel Batista sugere que haja questionários diferenciados por anos e eventualmente por cursos. Também refere que há perguntas que pouco dizem aos alunos o que contribui para não se sentirem motivados a responder.

Tiago Duarte tem dúvidas quanto à possibilidade de haver respostas abertas e disso contribuir para que mais alunos respondam e considera que é mais importante haver perguntas mais simples e em menor quantidade. Disponibilizar os questionários por outros meios, por exemplo o WhatsApp também pode ter um efeito positivo. No entanto, também concorda que é necessário educar os alunos a responder.

Rúben Neves, lembrando a sua experiência enquanto aluno e docente da ESCS, fala do sentimento de tribo que a ESCS tem, e que este deve ser usado para melhorar a comunicação interna. Lembra também que a comunicação faz parte do plano estratégico da atual Direção da ESCS.

Às 11h07m, por motivos justificados, ausentam-se José Manuel Cavaleiro e Beatriz Querido.

Ricardo Nogueira comenta que a qualidade e a ideia de sucesso que estes relatórios transmitem, dão uma ideia muito positiva da Escola o que não esgota a realidade.

Helena Ribeiro identifica as reuniões de comissão pedagógica como o espaço onde os alunos fazem uma avaliação qualitativa do curso e dos professores. Logo, não havendo a possibilidade de incluir respostas abertas nos questionários, essa informação chega a este relatório por essa outra via.

Uma das formas apontada por Helena Ribeiro para ajudar os alunos a entender a importância de participarem nestes inquéritos, é aproveitar as sessões de acolhimento do 1º ano para enquadrar os alunos do ponto de vista institucional, nomeadamente, sobre o papel do Sistema de Avaliação da Qualidade. E depois ir reforçando esta informação ao longo dos anos. Júlia Barros concorda que se deve repensar este momento inicial de integração dos alunos do primeiro ano e que se deveria enfatizar a relação aluno/escola/professor.

Rúben Neves explica que existe um *gap* geracional e que é nossa obrigação estar onde os alunos estão, e nesse sentido não tem dúvidas que a comunicação passa pelo digital. Todavia, não basta migrar os conteúdos para outro meio é necessário repensar toda a estratégia de comunicação.

Helena Ribeiro faz algumas observações mais específicas sobre o relatório. Nomeadamente na p. 10, no ponto 2.3 – “Participação nos Inquéritos”, em relação à taxa de resposta seria bom explicitar no próprio relatório qual a percentagem de respostas mínima considerada aceitável. Na p.23, “Informação dos alunos nas Comissões Pedagógicas” é assinalado como ponto negativo “práticas de UC de carácter teórico pouco motivadoras”, faria sentido identificar as UC e os cursos dos alunos que têm esta opinião. Na p.8 a Escola não pode usar o argumento de que é o IPL que contrata este serviço para se desresponsabilizar da higiene e limpeza do edifício.

Carlos Jesus refere que o estado de higiene das casas de banho depende da formação cívica de todos os que as utilizam. Compete a todos nós zelar pelas nossas instalações.

Helena Ribeiro e Rúben Neves referem que o equipamento informático: teclados, ratos e monitores também necessitam ser limpos. Cláudia Silvestre partilha o mesmo sentimento e disse que iria alertar a Direção.

4. Assuntos supervenientes

Cláudia Silvestre relembra que será necessário rever os Estatutos da ESCS, conforme tinha sido visto na última reunião. Nesse sentido, pediu a todos os conselheiros que auscultassem os colegas e fizessem chegar as várias sugestões ao CR. Também disse que iria enviar um email aos órgãos, aos coordenadores de curso e de secção para saber o que na prática tem funcionado e o que não funciona e deveria ser alterado. Cláudia Silvestre, Helena Ribeiro e José Rodrigues Cavaleiro farão parte desta comissão de revisão dos estatutos e Cláudia Silvestre convidou os conselheiros que manifestem interesse em também participar.

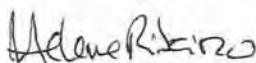
Nada mais havendo a tratar, pelas doze horas e trinta minutos a Presidente deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata.

A Presidente do Conselho de Representantes



Cláudia Vasconcelos Silvestre

A Vice-Presidente do Conselho de Representantes



Helena Ribeiro